Political Science

1. **Estará de facto em curso uma "globalização"? Desenvolva alguma das hipóteses que esta questão suscita.**

Ao longo de muitos séculos, as sociedades humanas em todo o mundo estabeleceram contatos progressivamente mais próximos. A globalização não é fácil de definir, mas até agora estamos acontecendo e é um processo de crescimento. Mas, de acordo com a Organização Mundial da Saúde - “Globalização, ou o aumento da interconexão e interdependência de pessoas e países, geralmente é entendido como incluindo dois elementos inter-relacionados: a abertura de fronteiras para fluxos cada vez mais rápidos de bens, serviços, finanças, pessoas e ideias fronteiras internacionais; e as mudanças nos regimes institucionais e políticos nos níveis internacional e nacional que facilitam ou promovem tais fluxos. É reconhecido que a globalização tem impactos positivos e negativos no desenvolvimento”. Recentemente, o ritmo da integração global aumentou dramaticamente. Mudanças sem precedentes em comunicações, transporte e tecnologia de computadores deram novo impulso ao processo e tornaram o mundo mais interdependente do que nunca. As corporações multinacionais fabricam produtos em muitos países e vendem para consumidores em todo o mundo. O dinheiro, a tecnologia e as matérias-primas avançam mais rapidamente através das fronteiras nacionais. Junto com produtos e finanças, ideias e culturas circulam mais livremente. Como resultado, leis, economias e movimentos sociais estão se formando em nível internacional. Estamos vivendo em uma era de economia, mas também na globalização da política, da lei e da cultura. À medida que a globalização se torna uma característica cada vez mais comum da economia mundial, poderosos lobbies pró-globalização e antiglobalização surgiram. O lobby pró-globalização argumenta que a globalização traz muito mais oportunidades para quase todos, e o aumento da concorrência é uma coisa boa, pois torna os agentes de produção mais eficientes. As duas organizações pro-globalizadoras mais proeminentes são a Organização Mundial do Comércio e o Fórum Econômico Mundial. O grupo antiglobalização argumenta que certos grupos de pessoas que são privadas em termos de recursos não são atualmente capazes de funcionar dentro da crescente pressão competitiva que será trazida permitindo que suas economias estejam mais conectadas com o resto do mundo. Importantes organizações antiglobalização incluem grupos ambientais como o Friends of the Earth e o Greenpeace. Como qualquer outro processo, a globalização tem suas próprias vantagens e desvantagens. Como o que foi dito antes, muitos recursos de diferentes países podem ser usados para produzir serviços e bens em países que não têm esses recursos, por isso os consumidores têm uma variedade muito maior. No que diz respeito à cultura, diferentes países estão muito mais próximos e a cultura é mais homogênea em todo o mundo. Por exemplo, o Mc Donald's está agora em toda parte, mesmo em lugares onde os hambúrgueres não são muito famosos, como a Turquia. Por outro lado, há algumas desvantagens para todo o processo de globalização: a depressão econômica em um país pode desencadear reações adversas em todo o mundo, devido ao fato de que os países agora são mais dependentes uns dos outros. As empresas estão agora enfrentando uma concorrência muito maior. Isso pode colocar as empresas menores, em desvantagem, pois não têm recursos para competir em escala global.

1. **Para garantir a Democracia, precisaremos de um novo contrato social?**

Como é de conhecimento geral, o contrato social funda a obrigação política moderna. Foi então o pacto realizado pelos homens livres que marcou a passagem do estado de natureza para o estado social, onde os homens abdicaram da sua liberdade em detrimento de estabilidade social. Na perspetiva de Hobbes os homens abdicavam da sua liberdade para um poder soberano, absoluto. Enquanto na perspetiva de Locke o homem libre abdicava dos seus direitos para uma autoridade social moderada e limitada. Na última década o contratualismo tem-se debatido com um período transitório de grande instabilidade. Nesta crise da contratualização moderna a predominância dos processos de exclusão sobre os de inclusão apresenta-se pelo que o autor chama de pós-contratualismo e pré-contratualismo, é precisamente na transição entre pré-contratualismo e pós-contratualismo que surge o enfraquecimento do contrato social moderno, na mesma em que na passagem de um processo para o outro fica preterido o contratualismo, o que revela a não concretização dos princípios contratuais. As consequências do pré e pós contratualismo constituem as transformações profundas por onde passam os três dispositivos do contrato social, são eles: a sociabilização da economia, a politização do Estado e a nacionalização da identidade cultural. Desta forma os grandes pressupostos desta crise do contratualismo são: valores característicos das democracias tais como a autonomia, a igualdade, a solidariedade, a subjetividade e por fim a justiça, têm agora significados díspares para grupos diferentes na sociedade o que os atribui uma posição neutra. O sistema comum de medidas, gera, presentemente, uma turbulência à volta dos conceitos de tempo e espaço, dados os fenómenos que têm surgido nesta nova sociedade. Esta turbulência cria desfamiliarização, transtorno e violência. O espaço-tempo nacional estatal vai perdendo primazia, devido à crescente importância dos espaços-tempos global e local. Para resolver estes problemas deve-se buscar alternativas de sociabilidades com novas possibilidades democráticas, definindo de forma mais ampla os seus termos, para reinventar um espaço-tempo, seguindo os princípios de: um pensamento alternativo de alternativas; da necessidade de produção do conhecimento emancipatório; e da consideração da reinvenção do espaço-tempo como componente central que promove a deliberação democrática, através da construção de um novo contrato social mais inclusivo, mais conflitual, que incluam igualmente os espaços-tempo local, regional e global, assentados em distinções flexíveis. Estabelecer um novo contrato social significa então, a transformação de um Estado Nacional em movimento social.

1. **Aquilo que vivemos é interpretável como uma americanização, mais ou menos, imperial da ordem internacional? Discuta.**
* **Estará em curso uma globalização, mais ou menos imperial, ou esta parou?**
* **Estará em curso um processo de integração mundial, ou aquilo que vivemos é melhor interpretado como uma «americanização», mais ou menos imperial, da ordem internacional?**
1. **Será a União Europeia o germe de um Estado?**

A evolução dos objetivos da UE, bem como a criação de novas estruturas vieram consolidar esta integração político-económica, assim como a interdependência dos Estados-membros em relação a esta. A consolidação política abriu caminho à afirmação de um “corpus norma rum” próprio da comunidade, que se impõe como direito supranacional.

Os estados soberanos, autorregulados e autossuficientes, muitas das vezes veem as suas competências a ser transferidas para um poder comum a todos os Estados Nações, que estes decidiram integrar, de forma a prosseguir um fim comum a todos, durante a construção da Comunidade Europeia, tem-se verificado um processo de delegação de poderes ou competências estaduais para os órgãos próprios da comunidade. Exemplo disso são as transferências ou «exercícios partilhados de soberania».

Dito isto, é legítimo afirmar que a União Europeia constitui direito supra-estadual, e os Estados-membros têm que respeitar as suas normas. Contudo, este poderio da organização é contudo aparente, porque não tem força própria, isto é, o seu aparelho coercivo necessita de recorrer aos Estados Soberanos para ser eficaz. Logo podemos afirmar que a União Europeia pode ser considerada um germe de um Estado, pois a ordem supra-estadual só é realmente aplicável aquando do recurso à ordem estadual.

1. **O Estado-nação “clássico” e o velho balance of power têm os seus dias contados enquanto peças-chave da nova ordem instalada e em expansão acelerada internacional liberal.**

Só com o fim da Guerra dos 30 Anos, que culminou na assinatura de uma série de tratados de paz que ficaram conhecidos como “Paz de Westefália” (séc. XVII), é que surge o novo conceito de micro-estado, detentor de soberania e auto-determinação dentro do seu próprio território, do qual passa a ser o dono supremo. O Estado passa a ser responsável pelas suas próprias ações, não só internas como externas, na sua relação com os outros Estados. Este processo levou a um progresso generalizado, em grande parte devido à competição económica entre os Estados, mas não foi suficiente para neutralizar as ambições imperialistas dos mesmos. A ameaça de um monopólio ou essa pretensão por parte de uma só Nação criava um clima de verdadeira instabilidade, que se caracterizava essencialmente pela eminência do caos, de um conflito entre Estados. Surgem, portanto, no sentido de contrariar esta tendência, diversas alianças intraestatais, que de alguma maneira vêm contrabalançar as ambições hegemónicas dos Estados mais fortes. Esta descrição corresponde ao denominado “balance of power”, que perdurou ao longo de toda a Idade Moderna. Este conceito, fundado por Westefália, era uma necessidade constante e o único impedimento a que os vários Estados se armassem uns contra os outros. Era este mecanismo, no fundo, que mantinha a paz e a segurança internacionais.

O Estado-nação como se acaba de sintetizar tem, no entanto, os seus dias contados, sendo que o velho “balance of power” não mais é uma condição fundamental; pelo contrário, sabe-se hoje que é completamente falível.

Atualmente, considera-se que existem quatro grandes ameaçadas ao Estado-Nação.

A primeira refere-se ao capitalismo, cuja extensão a nível global começou com os processos de descolonização e com o colapso da autarcia soviética. À medida que realidades como multinacionais e corporações empreendem relações e alianças com corporações de diferentes nacionalidades, a identidade de propriedade nacional é enfraquecida. Assistimos ao complexo desenvolvimento dos mercados internacionais que, favorável ou não às diferentes economias, diminui o soberania estatal e impede governos autónomos de tomarem quaisquer decisões que possam desejar.

O perigo ambiental e as lutas que a humanidade enfrenta em conjunto de forma a impedir a destruição do planeta constituem outra grande ameaça, uma vez que se verifica a unificação de organizações não governamentais, grupos locais ou transnacionais e agências intergovernamentais em torno de um mesmo objectivo. Este facto, que tanta importância ocupa nos dias de hoje, potencia a existência uma sociedade civil transnacional, que pode transcender o velho Estado-Nação.

Ainda neste sentido, os movimentos políticos de identidade e os novos movimentos sociais (a emergência de uma consciência global, que luta pela paz, pelos direitos do Homem, pela reforma social, pelos direitos do ambiente, etc.) contribuem igualmente para a inevitável perda de uma identidade nacional. Identidades étnicas e culturais, num mundo que é cada vez mais globalizado, não podem continuar a ser ignoradas, sendo que, deste modo, potenciando a dita “fragmentação tribal”, potenciam também o enfraquecimento do Estado-Nação.

Por último, a quarta grande ameaça são os movimentos geopolíticos pós-militaristas, dos quais destaco a criação da NATO e da União Europeia. Num contexto de pós-guerra, a braços com uma difícil reconstrução europeia, a criação da UE surgiu de forma orgânica, de maneira a, essencialmente, prevenir eventuais guerras e, assim, manter a paz e a segurança. Só assim se explica, aliás, a escolha de Estados autónomos e ansiosos por um absoluto direito à autodeterminação de renunciarem a uma porção da sua independência de forma a transferi-la para uma entidade superior, que se encarregasse de promover o bem comum (uma espécie de Leviatã, um soberano acima de todos os outros, como preconizado por Thomas Hobbes).

Surgem, desta forma, no cenário internacional (um cenário já bem afastado do velho mundo bipolar e que muitos se apressaram a apelidar de uni-multipolar), novas potências mundiais, com poderio económico suficiente para disputar a hegemonia norte-americana (potências como a China, a Rússia, o Brasil, e mais).

Dois exemplos muito atuais das consequências do aparecimento de novos tipos de comunidade política e de uma nova ordem mundial são os casos do Kosovo e da invasão da Geórgia. O caso do Kosovo desenrola-se ao longo de 25 anos de conflito, em que dezenas de milhares de albaneses reivindicaram a independência política. O Exército de Libertação do Kosovo lutou por este ideal em vários confrontos sangrentos contra o governo sérvio, sendo que o ponto final só foi posto pela NATO no ano de 1999 (“intervenção humanitária contra as graves violações dos direitos humanos”), que bombardeia o local e transforma o Kosovo numa província da Jugoslávia, sob a proteção da ONU. Nota-se, pois, desta forma, o enfraquecimento do Estado-Nação, bem como a multiplicidade de movimentos de afirmação étnica que atualmente eclodem ou ameaçam eclodir. Para além disto, a Rússia, ao não reconhecer a independência do Kosovo (unilateralmente declarada em 2008 e prontamente reconhecida por vários Estados ocidentais), demonstra a existência de uma pluralidade de opiniões e comportamentos, sinais claros de um mundo pós-americano.

Entretanto, em 2008, quando a Geórgia planeou uma grande operação militar contra a região separatista da Ossétia do Sul, onde até então estavam estacionados peacemakers russos, Moscovo reagiu imediatamente, invadindo a região e a Abcásia, outra região separatista. Dias depois, a Rússia já tinha controlo total sobre as duas zonas, pelo que lhes reconheceu a independência e firmou com elas várias relações e acordos. Esta crise está longe de terminar, mas já causou um enorme número de vítimas, ao mesmo tempo que demonstrou a ineficácia dos acordos de Helsínquia em relação à soberania territorial e à autodeterminação nacional. Este conflito, acima de tudo, constitui um importante sinal de um mundo em mudança, que está claramente sendo dominado por uma nova forma de divisão do poder: uma em que não só os Estados Unidos da América, mas também a União Europeia e os vencedores do processo de globalização (Rússia, China, Brasil, etc.) têm um papel a desempenhar, todos têm algo a dizer.

1. **“Com o fim da Guerra Fria, as guerras típicas da nova ordem internacional emergente têm sido guerras sobretudo culturais, ou civilizacionais”. Pondere os prós e os contras desta citação: aquilo que corrobora, e aquilo que não o faz – antes refuta – esta asserção.**

Depois da 2ª Guerra Mundial, esperava-se que o fim dos impérios fascistas e a criação da ONU viesse pôr fim aos perigos da competição pela hegemonia. Porém, o que se assiste depois de 1945 é a culminação de um sistema antigo: a simplificação do balanço do poder e do terror para um cenário bipolar, em cujos extremos se situavam os EUA e a URSS. A queda do regime soviético, em 1991, trouxe a esperança de uma nova ordem mundial fundamentada no regime democrático e conduzida pela nação americana, a única potência realmente fortalecida em termos económicos e militares pelo declínio russo. Assim, durante a década de 1990 e início dos anos 2000 observamos uma série de ações de expansão do domínio hegemónico norte-americano praticamente incontestado, em termos de controlo dos fluxos da economia internacional. Os EUA tornam-se também, para além de economicamente hegemónicos, exportadores de cultura, a qual se manifesta sobretudo no poderio da indústria cinematográfica e discográfica, mas também na universalização do inglês.

Atualmente, os conflitos entre diferentes países e nações podem ser facilmente encontrados um pouco por todo o mundo, sendo que a causa dominante dos mesmos, no mundo pós - Guerra Fria, é cultural. Pessoas de diferentes civilizações discordam quanto à relação entre Deus e o Homem, entre o cidadão e o Estado, sobre a importância dos direitos, a liberdade, a igualdade, etc., sendo que cada uma considera o seu ponto de vista o mais acertado. À medida que a divisão ideológica do mundo em capitalistas e comunistas desapareceu, reemergiu a divisão cultural entre o Ocidente cristão, por um lado, e o cristianismo ortodoxo e o islamismo, por outro lado. Diferenças religiosas e culturais criam diferenças políticas, sendo que os esforços do Ocidente de promover e impor como universais os seus valores de democracia e liberalismo gerarão, como é óbvio, reações de outras civilizações. De facto, acredita-se que a propaganda ocidental produz a reafirmação de valores indígenas.

Neste sentido, surgem movimentos fundamentalistas de oposição à modernidade, não só encontradas no seio dos crentes islamitas, mas em quase todas as religiões mundiais. Jihad é o movimento mais conhecido, opondo-se a todo o tipo de interdependência, à cooperação artificial, à mutualidade, à tecnologia, à cultura pop, aos mercados integrados; no fundo, opõe-se, como já referido, à modernização, ao “McWorld” que hipnotiza as massas. McWorld promove a paz, a ordem e a tranquilidade, desde que estas assegurem a produção económica e as trocas comerciais.

Com este confronto de culturas, nascem novas formas de guerra, associadas ao terrorismo, das quais se destaca o movimento do Al-Qaeda, cujo principal objetivo é continuar a guerra santa. Em 1992, o então líder Bin Laden decide juntar as forças deste grupo terrorista contra os EUA, que apelida de “a cabeça da serpente”, devido às suas características infiéis e à ajude prestada a Israel.

No entanto, há também alguns argumentos que refutam esta teoria dos conflitos motivados pela divergência de culturas, uma vez que a verdade é que a maior parte das guerras que se verificam no Médio Oriente têm motivações económicas por trás, especialmente no que diz respeito à comercialização do petróleo. Também relembrando o caso do Kosovo, é fácil deduzir que não foi simplesmente um conflito pela afirmação cultural, mas antes um conflito com fortes interesses económicos por trás, nomeadamente no que diz respeito ao domínio da posição geoestratégica da região e ao interesse militar dos EUA.

1. **Confrontados com movimentos políticos de “identidade e reconhecimento” (identity and recognition politics) que hoje em dia se fazem sentir um pouco por toda a parte, muitos dos Estados contemporâneos têm vindo a enveredar por estratégias e formas organizacionais bastante específicas, adotadas com o intuito de minimizar o impacto potencialmente destrutivo destes movimentos, e tentando assim controlá-los.**

Há várias estratégias de forma a lidar com movimentos políticos de identidade e reconhecimento dentro dos Estados. A primeira opção é ignorar, sendo que os ditos movimentos podem perder força e desaparecer completamente. Decidindo-se por uma atitude propriamente dita, os Estados podem intervir militarmente para os resolver ou conter. Formas mais pacíficas de resolução são as negociações de uma solução junto dos líderes; solução essa que pode inclusive residir numa partilha de poder. A partilha de poder, geralmente proporcional ao número das comunidades envolvidas, nem sempre resolve a questão, uma vez que, no caso de minorias, se torna irrelevante, e no caso de grandes grupos étnicos, os seus interesses não estarão certamente de acordo com os interesses dos Estados em que se inserem e portanto nem sequer se põe a hipótese. Outra forma de negociação pode passar pela chamada “elite accomodation”. Percebendo que determinadas elites estão no controlo do movimento, a estratégia passa por satisfazê-las para que desapareçam (oferta de empregos, por exemplo). Outras soluções passam por investir nas regiões onde estes movimentos se localizam ou, numa maior escalada, democratizar e conceder poder a todas as fações do Estado (através de um sistema rotativo). As três principais respostas são, no entanto, soluções confederalistas, federalistas ou regionalistas.

A implantação de quaisquer medidas encontra muitas vezes dificuldades acrescidas quando as comunidades étnicas em afirmação não têm um território definido, ou estão divididas em vários Estados, ou quando no mesmo território coexistem vários movimentos de identidade.

Tomemos agora dois exemplos. Primeiro, a resposta canadiana aos seus conflitos étnicos. A clivagem mais profunda no Canadá é a que existe entre os dois povos fundadores: franceses e ingleses. Os primeiros são uma minoria no Canadá, e os segundos, uma minoria no Quebec (no sul do país). Uma forma consociacionalista de “power sharing” foi primeiro articulada, garantindo a representação dos dois grupos, complementada depois pela democracia representativa (tudo ainda no séc. XIX). Esta coligação seria abolida na segunda metade do século e substituída por um modelo federalista (Federação Canadiana). Neste os franceses representavam apenas 1/3 da população, e reduzidos à mesma proporção no Parlamento tornavam-se irrelevantes. Atualmente, o sistema que melhor explica as relações interétnicas no país é a do “modelo de Controlo”, em que a estabilidade é mantida na sociedade não através da partilha do poder mas antes pela dominação (da minoria francesa pela maioria inglesa). Mantém-se assim uma tensão não resolvida entre os dois conceitos de democracia, a ideia da partilha do poder (entre ingleses e franceses e, agora, também já com os aborígenes), essencialmente consociacionalista, e a ideia do governo da maioria (enraizada na tradição anglo-americana).

Um outro exemplo, agora de um sistema eleitoral usado para resolver conflitos étnicos e de afirmação de identidades, é o do sistema nigeriano. O problema com eleições em sociedade divididas é que a maioria do eleitorado baseia o seu voto na etnia dos partidos, ao invés de nas suas visões políticas, o que tem como resultado a permanente vitória do maior grupo étnico e a exclusão do governo das minorias. Na Nigéria tentou criar-se um sistema partidário multiétnico, com a expectativa de criar um número pequeno de partidos, cada um com apoio de diferentes etnias. Ainda não tendo sido um sucesso total, este sistema permitiu manter a fluidez da multiplicidade étnica dos partidos, evitando uma bifurcação Norte-Sul.

**Em termos políticos, os Estados têm vindo a reagir de maneiras diferentes ao andar das mudanças, não sendo já hoje em dia tão enxuta como antes foi a distinção entre esquerda e direita.**

No final da II G.M. o mundo dividiu-se em dois blocos antagónicos: o bloco ocidental, identificado pelo capitalismo e encabeçado pelos EUA, e o bloco de leste, reconhecido como comunista e encabeçado pela URSS. Ou seja, o bloco de leste era adepto da “Esquerda” e o bloco ocidental era adepto da “Direita”.

Este binómio deu origem à guerra fria e, consequentemente, à expansão do modelo capitalista por grande parte do mundo; surgiu um novo fenómeno: a globalização. Há que referir, no entanto, que nunca deixou de existir esquerda.

A globalização é um fenómeno mundial caraterizado por uma homogeneização a nível internacional e pela difusão de informação em larga escala para todo o mundo.

O modelo económico capitalista expandiu-se para todo o mundo, interligando todos os estados numa economia de mercado, que os faz depender uns dos outros, criando uma nova ordem internacional política.

O papel do indivíduo, com a concretização da Declaração Universal dos Direitos do Homem, foi elevado a um dos principais aspetos da nova forma de organização política e as ONG’s adquirem um papel extremo nesta mesma dinâmica internacional.

Com a globalização criam-se, assim, interesses conjuntos e organizações que abarcam todos os países, como a ONU, criando uma nítida jurisdição internacional, em detrimento de mesmas nacionais.

Desta forma, os estados reagiram e sofreram diversas consequências: o modelo de Westphália, que advoga o primado da territorialidade, está em verdadeiro declínio pois cada Estado está sujeito a diversas interferências supra-nacionais que vinculam e influenciam determinantemente as suas ações em território nacional. Em segundo lugar, surge uma necessidade de adaptação a este novo modelo por parte dos Estados, necessitando de reformular toda a sua legislação para que possa ser congruente com as normas internacionais e, assim, criar uma harmonia global que promova a estabilidade mundial.

Consequentemente, as nações têm a obrigatoriedade de se adaptarem a novas circunstâncias em função da sua atividade na economia de mercado. Já não se trata de adotar medidas de esquerda ou de direita, trata-se de investir em medidas que assegurem uma continuação efetiva e estável no panorama internacional, que respeitem os padrões impostos pela ONU, facilitando a ação das ONG’s e evitando o ativismo de cidadãos com ambição de alargar os seus direitos.

As novas políticas de cada estado já não se devem preocupar com ideologias de “direita” ou “esquerda”, mas sim com problemas como o défice de democracia e de intervenção cívica dos seus cidadãos, que têm criado um abismo político onde a indiferença pelos rumos do pais e a descredibilização são as palavras de ordem em muitas sociedades civis.

Para além deste aspeto, temas e problemas como o terrorismo ou a prevenção ambiental demonstram a necessidade de uma conjugação de esforços para além de ideologias políticas para resolver questões que, caso continuem, levam à formação de um mundo deteriorado e mergulhado na incerteza e no terror.

É, ainda, de destacar que questões como as assimetrias económicas entre países do norte e do sul requerem uma cooperação que extravase as fronteiras nacionais e que promova uma cooperação estreita entre todos os países.

Concluindo, cada Estado-nação deverá encarar a sua soberania de uma forma diferente, adotar um novo estatuto jurídico que seja congruente com as normas institucionais, intervindo conjuntamente e de forma a colmatar problemas que não são apenas pertencentes a uma determinada nação mas a todos nós. Apenas com uma coordenação inter-estatal fixa em problemas partilhados e ambicionando uma harmonia planetária, será possível encarar a globalização sem qualquer constrangimento, entrave ou incongruência entre legislação nacional e internacional.

**Estarão os Estados modernos condenados a assumir um formato estandardizado?"**

Os Estados Modernos , assumem actualmente um estado estandardizado, na medida em que tendem todos a funcionar da mesma maneira, de acordo com o modelo burocrático de organização. Consideremos os Estados como grandes empresas. A Burocracia tem origem na racionalidade, pois houve uma necessidade de ter uma organização racional. Este modelo desenvolveu-se através da economia monetária; crescimento quantitativo e qualitativo das tarefas administrativas do Estado Moderno; superioridade técnica – em termos de eficiência – do tipo burocrático de administração. Tal como em todos os modelos, o modelo burocrático possui as suas próprias caracteristicas: organização fundada em normas e procedimentos escritos (racionais, legais e exaustivos); hierarquia da autoridade; completa previsibilidade de funcionamento. Igualmente com acontece com a generalidade dos modelos, este também tem vantagens tais como: constância,racionalidade, benefícios para as pessoas, resposta rápida. Por outro lado, tem as suas desvantagens: excesso de formalismo e de “papelada”; resistência a mudanças.
Concluindo a burocracia proporciona uma forma racional de organizar pessoas e actividades no sentido de alcançar objectivos determinados, e ainda uma abordagem descritiva e explicativa.
“A burocracia é uma forma de organização superior a todas as demais que conhecemos ou que esperamos alcançar em futuro próximo” (Perrow)

**Outras perguntas:**

* A declaração unilateral de independência do Kosovo em Fevereiro de 2008 e o seu posterior reconhecimento por muitos Estados “ocidentais”, por um lado, e, por outro, a invasão e o subsequente desmembramento da Geórgia pela Rússia em Agosto do mesmo ano de 2008, dão-nos sinais contraditórios: enquanto o primeiro feixe de acontecimentos parece significar que o Estado-nação “clássico” e o velho balance of power têm os seus dias contados enquanto peças-chave da ordem internacional liberal instalada e em expansão acelerada no pós-Guerra Fria, a segunda sugere um retorno às great power politics oitocentistas e novecentistas. Discuta.
* Os movimentos políticos que se têm afirmado de par com as novas transformações globais são formas de expressão de natureza primordialmente exclusionária, e por isso muito diferentes dos movimentos nacionalistas essencialmente aglutinadores que, sobretudo durante o século XIX (e no século XX em muitos Estados pós-coloniais) os precederam.
* “Se não estamos já numa estrutura imperial, para lá caminhamos a passos largos”.
* Discuta um dos mais prementes conflitos atuais, sublinhando os seus motivos e dinâmicas.
* Esquerda e Direita na política Contemporânea.
* "Em termos políticos, os Estados têm vindo a reagir de maneiras diferentes ao andar das mudanças, não sendo já hoje em dia tão enxuta como antes o foi a distinção 'clássica' entre Direita e Esquerda." Discutas as mudanças em curso, com pelo menos 2 exemplos concretos.
* O que é a globalização?
* Discuta um problema do mundo atual.